



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, 600 - Bairro: Praia de Belas - CEP: 90010-395 - Fone: (51)3214-9445 -
www.jfrs.jus.br - Email: rspoa16@jfrs.jus.br

CARTA PRECATÓRIA Nº 5014428-26.2019.4.04.7100/RS

AUTOR: UNIÃO - FAZENDA NACIONAL

RÉU: LUIZ ROBERTO THOME

EDITAL Nº 710009209567

DESPACHO/DECISÃO - EDITAL

PROSSEGUIMENTO DA EXECUÇÃO:

Trata-se de carta precatória de alienação expedida nos autos da execução fiscal nº 086/1.04.0001775-9, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha/RS, para a realização de leilão do(s) bem(ns) penhorado(s), conforme diligências realizadas pela Secretaria daquela Vara.

Não houve interesse da parte exequente na adjudicação dos bens penhorados (art. 881 da Lei 13.105/2015), tampouco pedido da parte exequente para alienação por sua própria iniciativa ou por intermédio de corretor (art. 880, caput, da Lei 13.105/2015).

Assim, com base no art. 730 da Lei 13.105/2015, determino a realização de leilão público para alienação do(s) bem(ns) penhorado(s) (evento 1 - TERMOPENHORA2) na execução fiscal nº 086/1.04.0001775-9, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha/RS, assim descrito(s) resumidamente:

01 (um) imóvel, o apartamento nº 910, do edifício Parque Morada das Flores, sito à av. Panamericana, sob nº 356, Bloco C, localizado no 8º andar ou 9º pavimento, de frente, à direita de quem da rua A olhar para o bloco e na confluência da rua B, composto de: vestíbulo, sala de estar e jantar, sacada, corredor de circulação, 3 dormitórios, banheiro social, banheiro privativo, cozinha com entrada de serviço, área de serviço, dormitório de empregada e WC, com 169,5024m² de área real total, 129,3962m² de área real privativa e 40,1062 metros quadrados de área real de uso comum, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,00635000 no terreno e nas demais coisas de uso comum, o qual tem a superfície de 11.256,00m², medindo 134,00m de frente, ao leste, a av. Panamericana, lado par, igual medida na face oposta, ao oeste, no alinhamento da rua B, para onde também faz frente, por 83,50m da frente ao fundo, de um lado, ao sul, em divisa com imóvel de A. Paulo Feijó S/A-Comércio, Indústria, Importação e Exportação, 84,50m do outro lado, ao norte, no alinhamento da rua "A, conforme matrícula nº 6893 do Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre-RS, avaliado em R\$ 600.000,00 (seiscentos mil reais), em 06/08/2018.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

Ônus: notícia de penhora nos autos do processo nº 086/1.09.0004879-3, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha/RS (Av.20/6.893); ação premonitória determinada nos autos do processo nº 001/1.07.0154194-0, em trâmite na 9ª Vara Cível do Foro Central desta Capital (Av.21/6.893). Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.

01 (um) imóvel, o espaço-estacionamento nº 78, do edifício Parque Morada das Flores sob nºs 286, 288, 356 e 358 da av. Panamericana, localizado no subsolo, à direita de quem entra pelo acesso do lado esquerdo de quem da rua B olhar para a edificação, o 6º, com a área real total de 24,0864m², sendo 12,00m² de área real privativa e 12,0864m² de área real de uso comum, correspondendo-lhe a fração ideal de 0,00055000 no terreno e nas demais coisas de uso comum, o qual tem a superfície de 11.256,00m², medindo 134,00m de frente, ao leste, à av. Panamericana, lado par, igual medida na face oposta, ao oeste, no alinhamento da rua B, para onde também faz frente, por 83,50m da frente ao fundo de um lado, ao sul, em divisa com imóvel de A. Paulo Feijó S/A-Comércio Indústria e Exportação, 84,50m do outro lado, ao norte, no alinhamento da rua "A", conforme matrícula nº 6897 do Registro de Imóveis da 4ª Zona de Porto Alegre-RS, avaliado em R\$ 28.000,00 (vinte e oito mil reais), em 06/08/2018.

Ônus: notícia de penhora nos autos do processo nº 086/1.09.0004879-3, em trâmite na 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha/RS (Av.20/6.897); ação premonitória determinada nos autos do processo nº 001/1.07.0154194-0, em trâmite na 9ª Vara Cível do Foro Central desta Capital (Av.21/6.897); penhora nos autos da carta precatória 5062307-63.2018.4.04.7100, que tramitou na 23ª Vara Federal desta Capital, tendo como juízo deprecante a 2ª Vara Cível da Comarca de Cachoeirinha/RS (Av.22/6.897). Outros eventuais constantes na matrícula imobiliária.

Observação: o(s) bem(ns) será(ão) vendido(s) no estado de conservação em que se encontra(m).

Observação 2: O lance mínimo no leilão destes imóveis em quaisquer das datas será de 100% (cem por cento) do valor da avaliação.

Depositário: Luiz Roberto Thome.

DATA, HORA E LOCAL DE REALIZAÇÃO DO LEILÃO:

O leilão ocorrerá simultaneamente por meio eletrônico (www.flaviogarcia.leil.br) e no Auditório da Justiça Federal, situado na Rua Otávio Francisco Caruso da Rocha, nº 600, 9º andar, em Porto Alegre/RS, no **dia 01 de outubro de 2019, às 10 horas, o primeiro leilão**, e, caso não haja licitante na primeira oportunidade, às **14 horas o segundo leilão**.

DESIGNAÇÃO DO LEILOEIRO:



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

Com base no art. 883 da Lei 13.105/2015, nomeio para o encargo o Leiloeiro Flávio Bittencourt Garcia, matriculado na Junta Comercial/RS sob nº 093, fones (51) 3211-4449 e/ou (51) 99983-1620, e-mail: flaviobgarcia@terra.com.br.

O Leiloeiro restará compromissado quando da sua intimação desde despacho, servindo como ALVARÁ.

DILIGÊNCIAS INICIAIS A SEREM REALIZADAS PELO LEILOEIRO:

Ao Leiloeiro caberá providenciar certidão atualizada da matrícula do imóvel que será submetido ao leilão, bem como extrato dos eventuais débitos vencidos e/ou vincendos garantidos pelo bem e outros subsídios para fins de bem cumprir seu encargo.

Deverá o Leiloeiro verificar a localização e estado dos bens penhorados, para fins do leilão, facultada a remoção, às suas expensas, para fins da realização do leilão. Contudo, constatando, em suas diligências, a inviabilidade de arrematação dos bens penhorados, caberá ao Leiloeiro informar nos autos, abstendo-se de efetuar a remoção. Da informação, dê-se vista à credora para manifestar-se sobre a eventual desconstituição da penhora e prosseguimento dos atos constritivos.

Como parte do seu *munus*, caberá ao Leiloeiro divulgar a realização do leilão nos meios típicos dos mercados dos respectivos bens (tais como: *outdoors*, jornais, classificados, internet, sítios de ofertas, correio eletrônico, redes sociais etc), informando o sítio da internet e o que mais for necessário para o leilão eletrônico.

Para a realização do ato, fixo as condições aplicáveis, com base no § 1º do art. 880 da Lei 13.105/2015.

REGRAS GERAIS DO LEILÃO:

Esta decisão servirá como EDITAL DE LEILÃO a ser publicado, no prazo do § 1º do art. 22 da Lei nº 6.830/80, na rede mundial de computadores, no sítio do TRF/4ª Região.

O executado será intimado do leilão por meio do seu advogado. Caso o executado não tenha procurador constituído nos autos, será intimado por carta com aviso de recebimento destinada ao endereço constante do processo ou do sistema informatizado da Justiça Federal (SMWEB), ou por Oficial de Justiça (art. 889, I da Lei 13.105/2015). Caso frustrados esses meios, o executado será tido por intimado pela publicação deste Edital na imprensa oficial (art. 889, parágrafo único, da Lei 13.105/2015).

No caso de penhora de bem ofertado por terceiro, deverá este ser intimado para remir o bem no prazo de 15 dias (art. 19, I, da Lei nº 6.830/80).

O coproprietário, meeiro ou titular de outro direito sobre o bem (credor hipotecário, credor fiduciário, promitente comprador com contrato registrado na matrícula e demais interessados) também deverão ser intimados do leilão por meio de carta com aviso de



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

recebimento dirigida ao endereço disponível no processo ou constante do sistema informatizado da Justiça Federal (SMWEB), instruída com cópia desta decisão-edital. Caso frustrada a intimação postal, deverão ser intimados por Oficial de Justiça ou Carta Precatória.

Considerando-se que a expropriação judicial é forma de aquisição originária da propriedade, os imóveis serão arrematados livres de débitos tributários (que se sub-rogam no preço) ou ônus que eventualmente gravem as respectivas matrículas (hipotecas, penhoras, arrolamento etc), cujo levantamento será providenciado por este Juízo.

No caso de bem alienado fiduciariamente, o crédito da instituição financeira será saldado com o produto do lance vencedor, expedindo-se alvará daquele valor ao credor fiduciário.

Os débitos de condomínio, da mesma forma, serão suportados pelo produto da arrematação.

O leilão será realizado em duas datas distintas, conforme designadas acima.

O leilão será simultaneamente presencial e eletrônico.

Acaso reste suspenso o leilão em decorrência de pagamento ou parcelamento, responderá o executado pelas despesas do Leiloeiro, que arbitro em 2% (dois por cento) do valor da avaliação ou da dívida, o que for menor (cópia desta decisão poderá servir de título para a cobrança/protesto, instruída com os documentos pertinentes, sem prejuízo das medidas nesta própria execução), não podendo o valor resultante exceder R\$ 10.000,00 (dez mil reais), definido como o teto máximo do ressarcimento devido. De outro lado, não haverá ressarcimento ao Leiloeiro nos casos em que o leilão não for realizado em virtude de requerimento da credora.

Todas as pessoas físicas capazes e jurídicas legalmente constituídas poderão oferecer lance, devendo o Leiloeiro observar as restrições dos incisos do art. 890 da Lei 13.105/2015.

Será vencedor o maior lance.

REGRAS ESPECÍFICAS DO LEILÃO DE IMÓVEIS:

O lance mínimo no leilão deste imóveis em quaisquer das datas será de 100% (cem por cento) do valor da avaliação (art. 891 da Lei 13.105/2015).

Arbitro a comissão do Leiloeiro em 6% (seis por cento) do valor do lance.

Para a expedição da carta de arrematação, deverá o arrematante comprovar o pagamento do ITBI, bem como as respectivas custas.

A carta de arrematação determinará o cancelamento da penhora realizada por este juízo, bem como de quaisquer outros ônus registrados/averbados na matrícula do imóvel, tais como penhoras, averbações premonitórias, notícias de penhora, indisponibilidade



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

judicial, arrolamento, hipoteca etc.

Tratando-se de penhora de fração ideal ou de bem sujeito a meação ou copropriedade, o leilão atingirá a integralidade do bem, sendo reservado do produto do lance o valor correspondente à respectiva cota.

REGRAS DO PARCELAMENTO DO LANCE QUANTO A IMÓVEIS:

Será admitido parcelamento do lance em 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas, no valor mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) cada uma, com entrada de 25% (vinte e cinco por cento) a ser comprovada em dois dias úteis e vencendo-se a primeira das demais parcelas em 30 (trinta) dias após o respectivo leilão, corrigidas pela Taxa SELIC, a serem depositadas mediante guia própria e de forma vinculada à execução. A arrematação será subordinada à cláusula resolutiva expressa, constando da carta, de forma que será resolvida no caso de inadimplemento de qualquer das parcelas, restabelecendo-se a propriedade do executado ou terceiro garantidor, com a penhora e/ou ordem de indisponibilidade, para continuidade da execução. Será perdido em favor da credora o valor correspondente a 25% (vinte e cinco por cento) do total do lance, como indenização pelo retardamento da execução em virtude do inadimplemento. A conversão dos valores do lance parcelado em pagamento do credor será efetuada apenas mediante a quitação total, quando o Juízo solicitará ao Registro de Imóveis o cancelamento da cláusula resolutiva.

Existindo **reserva de quota-parte de cônjuge ou coproprietário não executado sobre o bem**, o arrematante deverá depositar, **à vista, o montante equivalente à quota-parte, calculada sobre o valor da avaliação**; o parcelamento do saldo que sobejar obedecerá às demais regras estabelecidas neste tópico.

REGRAS ESPECÍFICAS DO LEILÃO DE BENS MÓVEIS:

Em qualquer das datas do leilão não poderá ser aceito lance inferior aos seguintes limites mínimos, que fixo com base no art. 891 da Lei 13.105/2015:

- a) Veículos automotores em geral: mínimo de 50% (cinquenta por cento) da avaliação;
- b) Para quaisquer outros bens móveis: mínimo de 40% (quarenta por cento) da avaliação.

Arbitro a comissão do Leiloeiro em 10% (dez por cento) do valor do lance.

O pagamento será à vista, mediante caução de 20% (vinte por cento) do lance vencedor, em dinheiro, e depósito do restante em até cinco dias úteis. Não paga nesse prazo a integralidade do lance, será perdida a caução em favor da credora (art. 897 da Lei 13.105/2015), como indenização pelo retardamento do leilão, que deverá ser feito, podendo, se for o caso, ser utilizada a segunda data já agendada acima. Caberá ao Leiloeiro controlar a integralização do pagamento.



Poder Judiciário
JUSTIÇA FEDERAL
Seção Judiciária do Rio Grande do Sul
16ª Vara Federal de Porto Alegre

O arrematante receberá, em se tratando de veículos, tais bens livres de penhoras, multas, taxas de licenciamento e IPVA, atrasados.

VENDA DIRETA:

Restando negativa a hasta, fica desde já autorizada a venda direta dos bens penhorados a qualquer interessado, somente pela internet, no site indicado pelo(a) Leiloeiro(a), observando-se as seguintes condições específicas:

a) período ininterrupto de disponibilidade para lance pelo prazo de 60 (sessenta) dias;

b) o valor da maior oferta deve ser apurado em até 24 (vinte e quatro) horas após o término do prazo estipulado no item "a";

c) a venda de imóveis poderá ser realizada de forma parcelada, desde que respeitadas as regras específicas antes fixadas para tanto;

d) o pagamento das parcelas deverá ser feito mediante depósito judicial, em conta vinculada a este processo e aberta quando do primeiro recolhimento;

e) ao final do prazo do item "a", caso o maior lance seja inferior ao mínimo estabelecido neste edital, a homologação será encaminhada para decisão judicial específica, em que se analisará a ocorrência ou não de preço vil.

Intimem-se, inclusive o Leiloeiro, oportunizando-se-lhe vista dos autos.

Cumpra-se.

Documento eletrônico assinado por **TIAGO SCHERER, Juiz Federal Substituto**, na forma do artigo 1º, inciso III, da Lei 11.419, de 19 de dezembro de 2006 e Resolução TRF 4ª Região nº 17, de 26 de março de 2010. A conferência da **autenticidade do documento** está disponível no endereço eletrônico <http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/verifica.php>, mediante o preenchimento do código verificador **710009209567v21** e do código CRC **1dc47de9**.

Informações adicionais da assinatura:

Signatário (a): TIAGO SCHERER

Data e Hora: 29/8/2019, às 14:13:10

5014428-26.2019.4.04.7100

710009209567.V21